INFÂNCIAS E ADOLESCÊNCIAS NEGRAS



Toda criança e todo adolescente têm direito de se reconhecer na história que aprendem.

IDENTIDADE • PERTENCIMENTO

PUBLICAÇÃO CONJUNTA • OAB PARANÁ

OAB / COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

OAB / COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL

OAB / COMISSÃO DA VERDADE DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA

NOSSA HISTÓRIA NÃO COMEÇA NA ESCRAVIZAÇÃO.

Antes da escravização, os povos africanos já construíam civilizações, conhecimentos, culturas e formas diversas de organização social.

A escravização foi uma violência imposta a pessoas com histórias e identidades próprias.

PUBLICAÇÃO CONJUNTA • OAB PARANÁ

OAB / COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

OAB / COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL

OAB / COMISSÃO DA VERDADE DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA

O DIREITO DE SE RECONHECER

Na literatura, nas artes, nas ciências e na história, crianças e adolescentes negros devem encontrar referências positivas de suas identidades.

Representatividade também é pertencimento.



PUBLICAÇÃO CONJUNTA • OAB PARANÁ

OAB / COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

OAB / COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL

OAB / COMISSÃO DA VERDADE DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA

DIREITOS NO PRESENTE.

Toda criança e todo adolescente são sujeitos de direitos, sem discriminação racial.

- IDENTIDADE
- DIGNIDADE
- EDUCAÇÃO
- SAÚDE
- CULTURA
- PARTICIPAÇÃO

PUBLICAÇÃO CONJUNTA • OAB PARANÁ

OAB / COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

OAB / COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL

OAB / COMISSÃO DA VERDADE DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA É DEVER LEGAL.

LEI Nº 10.639/2003

Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio.

LEI Nº 11.645/2008

Amplia a obrigação para contemplar a história e a cultura indígenas.

PUBLICAÇÃO CONJUNTA • OAB PARANÁ

OAB / COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

OAB / COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL

OAB / COMISSÃO DA VERDADE DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA

RACISMO NA ESCOLA

RACISMO RECREATIVO

Piadas, apelidos, imitações e outras situações apresentadas como diversão podem reproduzir estereótipos e discriminação racial.

PRÁTICAS A SEREM REVISTAS

Blackface, caricaturas raciais, simulações humilhantes da escravização e materiais que reforçam estereótipos.

PUBLICAÇÃO CONJUNTA • OAB PARANÁ

OAB / COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

OAB / COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL

OAB / COMISSÃO DA VERDADE DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA

PROTOCOLOS ANTIRRACISTAS
DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

O MEC orienta escolas a identificar, acolher, registrar, encaminhar e acompanhar situações de racismo.



EDUCAÇÃO INFANTIL



ANOS INICIAIS



ANOS FINAIS



ENSINO MÉDIO

PUBLICAÇÃO CONJUNTA • OAB PARANÁ

OAB / COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

OAB / COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL

OAB / COMISSÃO DA VERDADE DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Ações afirmativas, entre elas as cotas raciais previstas na legislação, buscam ampliar o acesso à educação e enfrentar desigualdades historicamente produzidas.

LEI Nº 12.711/2012

Reparação histórica também é compromisso com os direitos e as oportunidades de hoje.

PUBLICAÇÃO CONJUNTA • OAB PARANÁ

OAB / COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

OAB / COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL

OAB / COMISSÃO DA VERDADE DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA

20 NOVEMBRO • CONSCIÊNCIA NEGRA

09/09

PERTENCER HOJE.

CONSTRUIR O AMANHÃ.



Toda criança e todo adolescente têm direito de aprender, participar, sonhar e ocupar todos os espaços.

PROTEÇÃO INTEGRAL

PUBLICAÇÃO CONJUNTA • OAB PARANÁ

OAB / COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

OAB / COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL

OAB / COMISSÃO DA VERDADE DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA

MARCO LEGAL

Toque em cada referência para abrir a fonte oficial.

Direitos fundamentais e educação

Constituição Federal de 1988

Igualdade, vedação à discriminação, direito à educação e prioridade absoluta (arts. 3º, 5º, 205, 206 e 227).

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR >

Estatuto da Criança e do Adolescente | Lei 8.069/1990

Proteção integral, respeito, dignidade, educação e proteção contra discriminação.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR >

Lei de Diretrizes e Bases | Lei 9.394/1996

Direito à educação; ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena (art. 26-A); Dia da Consciência Negra (art. 79-B).

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR >

Lei 10.639/2003

Incluiu na LDB a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR >

EDUCAÇÃO E IGUALDADE

Legislação relacionada aos temas dos cards.

Antirracismo, proteção e oportunidades

Lei 11.645/2008

Alterou a LDB para incluir também História e Cultura Indígena no currículo.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR >

Estatuto da Igualdade Racial | Lei 12.288/2010

Promoção da igualdade de oportunidades e combate à discriminação racial.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR >

Lei 7.716/1989 e Lei 14.532/2023

Crimes resultantes de preconceito racial; tratamento penal da injúria racial.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR >

Lei 12.711/2012 e Lei 14.723/2023

Reserva de vagas em instituições federais de ensino; atualização das regras de acesso.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR >

PROTOCOLOS DO MEC

Fontes oficiais para consulta e aplicação institucional.

Identificação e resposta ao racismo

PROTOCOLOS DE IDENTIFICAÇÃO E RESPOSTA AO RACISMO

Materiais do Ministério da Educação organizados por etapas e modalidades, incluindo Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Superior e Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR OS PROTOCOLOS DO MEC

COMO UTILIZAR ESTA CARTILHA

Consulte a legislação, acesse os protocolos e compartilhe os materiais com profissionais da educação e redes de proteção. Os links funcionam ao abrir o PDF em um leitor compatível.

PUBLICAÇÃO CONJUNTA • OAB PARANÁ

OAB / COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

OAB / COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL

OAB / COMISSÃO DA VERDADE DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA

FONTES E LEITURAS

Referências para aprofundamento histórico e pedagógico

História africana e afro-brasileira

A história dos povos africanos antecede a escravização e envolve sociedades, conhecimentos e culturas diversos.

MUNANGA, Kabengele

Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOMES, Nilma Lino

O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia

A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

Referências de aprofundamento; não se afirma que foram consultadas na produção original dos nove cards.

MARCO LEGAL E FONTES

Acesso direto aos documentos públicos oficiais

Constituição Federal e ECA

Igualdade, educação, proteção integral e prioridade absoluta.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/1990: direitos, dignidade e não discriminação.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR

LDB e educação das relações étnico-raciais

Lei nº 9.394/1996, especialmente arts. 26-A e 79-B; alterações das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR

Estatuto da Igualdade Racial

Lei nº 12.288/2010: igualdade de oportunidades e enfrentamento da discriminação.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR

PROTOCOLOS E CRÉDITOS

Consulta, aplicação institucional e responsabilidade editorial

Protocolos de identificação e resposta ao racismo

MEC: materiais para Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Superior e Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR

PUBLICAÇÃO CONJUNTA | OAB PARANÁ

Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Comissão de Igualdade Racial

Comissão da Verdade da Escravização Negra

AUTORIA, ELABORAÇÃO, CURADORIA E REVISÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Comissão de Igualdade Racial; e
Comissão da Verdade da Escravização Negra da OAB Paraná.

Produção institucional conjunta das três comissões.